ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2027.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e oito minutos, no pátio da EMEF Antonia Antunes Arouca, situada na R. Itália Baffi Magni, n° 581, no bairro do Massaguaçu, , Caraguatatuba/SP, atendendo à convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal e através do comunicado publicado no Órgão Oficial do Município de Caraguatatuba, reuniram-se em audiência pública e debate, os Secretários, técnicos das Secretarias Municipais e a população, conforme lista de presença anexa, em atendimento ao contido na Lei Complementar 101/00, com o objetivo de discutir, debater e colher as propostas e necessidades da população para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA 2027. No início da audiência pública, a servidora da Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento, Sra. Fernanda de Andrade Cassiano, saudou os presentes e leu o Regulamento da Audiência Pública. Em seguida, a Secretária de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento, Sra. Rogéria de Oliveira Freitas, iniciou os trabalhos saudando e agradecendo a todos os presentes, bem como à equipe técnica. Em sua introdução, a Sra. Rogéria explica que o momento é de ouvir a população de forma descentralizada, conhecendo as prioridades “na ponta”, e destaca a construção, a participação e o diálogo para alinhar as ações às necessidades da população, sendo a participação popular uma forma de coletar dados e se aproximar da população. A Sra. Rogéria explica ainda que o momento serve para receber e estudar através das secretarias municipais a inclusão dos custos das demandas da população na LOA, considerando as ações por região que serão desenvolvidas no próximo ano, e que as questões apresentadas serão acolhidas pelas pastas para análise, pois, mesmo com arrecadação menor, as secretarias estão nesse momento pensando em como fazer mais com menos. Ao final de sua fala, agradeceu e desejou boa audiência a todos. Nesse momento, o servidor da Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento, Sr. Rafael Fernandes Torres, ingressou apresentação para explicar

alguns pontos técnicos dos documentos que serão produzidos com a participação da população. Ao final da apresentação passou-se aos questionamentos com abertura do espaço aos participantes para elaborarem dúvidas e sugestões documentadas que podem ser respondidas imediatamente ou posteriormente. Como forma de orientação e debate da população, de acordo com Regulamento, houve conversa conforme relato a seguir. A Sra. Eliane Aparecida Ferreira, moradora do bairro Casa Branca, informou ser diretora do Sindicaraguatatuba, explicando que sobre ADI e AEE já se falou bastante, mas que é preciso o enquadramento no orçamento, com aumento real para os servidores, pois o município está perdendo para cidades vizinhas e os servidores aguardam concurso de outros lugares para deixarem a nossa prefeitura, e explica que os servidores devem ser tratados como patrimônio. A Sra. Eliane observou que há secretarias tratadas como “prima pobre”, enquanto a Educação seria a “prima rica”. Questionou onde está o dinheiro, que não está chegando às repartições, e apontou que os prédios estão sendo reestruturados, mas falta material, ressaltando que os 5.000 funcionários dão conta de muita coisa. A Sra. Bárbara Fernandes M. Zamorano, moradora do bairro Jd. Terralão, retoma a solicitação da Sra. Eliane e relata que, em reunião, foi informado que não há orçamento, só que ela sabe que o chamamento está sendo previsto para as escolas, no valor de 36 milhões e se há para isso, o enquadramento é perfeitamente possível e que a fonte 1 pode complementar o FUNDEB, defendendo que os trabalhadores de chão de escola sejam reconhecidos como educadores, pois quem está educando e brincando exerce função docente, e mencionou a Dep. Fed. Luciana Cavalcante, que teria olhado para esse não reconhecimento, defendendo o enquadramento em lei. O Sr. José Carlos G. Ferreira, morador do bairro Jardim do Sol, se apresentou somente para fazer um agradecimento e explica que ficou muito tempo fora e que da última vez que esteve estava revoltado pela situação de ateamento de fogo no lixo em terrenos, mas que esse assunto já estava sendo tratado e indagou-se que há assuntos mais importantes. O Sr. Paul Guy Douglas Ross, morador do bairro Massaguaçu,

tratou do ponto de ônibus próximo, que está assim desde fevereiro, sugerindo telha sanduíche, que é melhor, pois do jeito que está fica todo molhado e que a construção está aumentando e, com ela, a arrecadação também aumenta para fiscalizações mais rotineiras, e que na frente do local haverá um grande condomínio, com prédios e pequenos sobrados. O Sr. Paul falou ainda sobre a Sabesp, apontando que o novo planejamento de distribuição de água vai arrebentar as ruas e deixar os moradores pelo menos 1 mês sem acessar a casa, e ressaltou que a sinalização cabe à prefeitura e não à Sabesp. O Sr. Leandro Lamas, morador do bairro Getuba, apresenta dúvida e sugestão: há vários pedidos aqui e sabe-se que são importantes, mas e a parte da equação de como aumentar os recursos, caberia provocar a cada Deputado Federal e Estadual, com um banco de prioridades para orientar e cobrar, a fim de poder acompanhar inclusive a despesa, porque hoje não sabem quem decide isso e destacou a importância de um maior interesse público. A Sra. Denny Barbosa, moradora do bairro Massaguaçu, sugere revisão na questão de tempo, pois já foram trocentas audiências públicas, e se refere ao ditado do boi e da boiada, depois citando a luta do Massaguaçu pela UPA relatando que em 2012–2014 conseguiram o PA e que é preciso ter agilidade do governo, pois há consultas para 4 meses, tendo agendado no Massaguaçu para o final de janeiro e que falta saneamento básico e que o ponto de ônibus não tem sombra, para o Jd. do Sol, tratar dos terrenos que alguns dá para cair no mato, pedindo sensibilidade, pois o local é de lama e sem saneamento, e mencionou o descongelamento do Jardim Santa Rosa, afirmando que vereador que não vai descongelar, que todos entraram na campanha política e que nem asfalto tem e para a saúde, informa que não há médicos no Tabatinga, sugerindo retirar médicos de outros bairros, alguns cumprem atendimento de 7h ou 8h, e por isso reconhece que os médicos se esforçam demais. A Sra. Denny continua afirmando que a Região Norte não tem muita coisa, que todos pagam impostos, que protocolou documento de 16 páginas, que poucos moradores estão presentes e que não adianta, pois o que é bom para ele é bom para todos da região. O Sr. Rodoaldo Fachini, morador do Centro,

apresenta dois pontos e no primeiro, destaca dados importantes, de informações do TCE ou da transparência do Município, sobre a receita para exemplificar cita o aumento de diversos anos como 2024 – 4,83; 2025 – 4,26; 2026 – 4,50%, e que recebeu que a base anterior de inflação nacional era o reajuste da receita, citando ainda 3,78 em 2022, com 1,8 bilhão de receita, e 1,420 bilhão em 2023, classificando como um absurdo da administração passada, quando a Secretaria da Fazenda respondeu que a arrecadação era otimista, com empréstimo e dívida atrasada, convidou todos para assistir sua live que fará no instagram e pedindo para abrir novamente a apresentação evidenciou o comportamento da Receita exemplificada no gráfico destacando que a receita aumentou e que o gasto com servidores públicos passa de 37% para 54% da receita. O Sr. Rodoaldo apresentou como outra preocupação, na qualidade de conselheiro de saúde, o orçamento da saúde, na casa dos 200 milhões ao longo dos anos, com queda pela LDO para 212 milhões, questionando a falta que esse recurso irá fazer, já que viatura e combustível para a saúde são essenciais, apontando a queda no 2º quadrimestre da saúde e questionou como garantir despesas de saúde de 20 milhões para o 3º quadrimestre, como será feita essa queda, afirmando que a prioridade das prioridades é a saúde, pois uma pessoa sem nada, mas com saúde, sobrevive, e que a queda para 2027 representa o caos para a saúde pública. A Sra. Amanda Fonseca, moradora do bairro Massaguaçu, faz voz à Denny e como guia de turismo aponta que todos os rios precisam de atenção, citando o Rio da Paca e a importância da educação ambiental para o futuro e que sem infraestrutura e segurança para levar o Turista aos locais não é possível, como por exemplo no caso do lixo, defendendo a fiscalização e o turismo sustentável, a melhoria da educação. O Sr. Carlos de Oliveira, morador do bairro Massaguaçu, trata do rio e da drenagem, citando o Rio Cocanha, e que somente a realizar as obras na Margareth Passos sem levar adiante e dar sequência não resolve, questionando se há pagamento, pois as aduelas ainda estão lá, e que resolvendo isso já resolve outras coisas também. Por fim, o Sr. Carlos tratou também do autismo, pedindo assistência

social mais presente e esporte e lazer. A Sra. Márcia Paiva Assessora de Governança do Gabinete, explicou que o município questiona a situação das obras da Sabesp, com cobrança amigável, pois a empresa está mexendo nas ruas sem fazer a recomposição, e que, por ser contrato privado, a Sabesp é responsável por recompor e precisa assumir a responsabilidade. O Sr. Rodoaldo questiona se há algum departamento, e a Sra. Márcia responde que há critérios e procedimentos administrativos para se fazer junto às empresas no geral, inclusive com empreiteiros nos casos de obras, m seguida, o Sr. Rodoaldo, diz que como conselheiro de saúde fez comunicado oficial sobre vazamentos no prédio novo da Santa Casa. A Sra. Márcia respondeu que não necessariamente os 5 anos interrompem a obrigação, e pede encaminhamento de documentação para verificar, explica ainda, sobre o orçamento, que há decisão judicial que mexem com a distribuição dos royalties e que a previsão de arrecadação gerou frustração, citando a cota-parte do ICMS e a redução durante a execução, com as despesas de pessoal beirando os 50%. A Sra. Denny retoma a palavra sobre a Sabesp, relatando que um vazamento estava acontecendo, tiraram o bloqueio e, no dia seguinte, virou buraco, e a Sabesp respondeu que é da Prefeitura. A Sra. Márcia respondeu que tudo que é quebrado tem que ser restaurado. A Sra. Rogéria explicou sobre a situação das fontes vinculadas que são carimbadas e também estão no orçamento, e a Sra. Márcia acrescentou que o orçamento de 1,6 bilhão é formado pela Prefeitura (PMC) e outras entidades, sendo a Câmara, por exemplo, até 6%. A Sra. Rogéria ressalta que, quando se fala de orçamento, há várias fontes com estratégias de captação, que o processo de participação pode ser aprimorado e que é possível desenhar outro caminho mais participativo como no caso das emendas impositivas. O Sr. Rodoaldo apontou a obra do Juqueriquerê, informando que fará uma denúncia que será encaminhada. A Sra. Márcia explica que há processo para esse caso e que a interdição foi feita pelo Governo do Estado. Em seguida, o Sr. Rafael retomou a apresentação para explanar sobre a continuidade da participação popular nas próximas audiências, na audiência eletrônica e no Orçamento Participativo que

fica ativo durante todo o ano. A Sra. Rogéria encerrou agradecendo os presentes pela presença e participação. Os documentos citados estão anexados nessa ata. A audiência pública é encerrada às 20h35 e, sem mais nada a relatar, eu Nicolas Dias Padilha, findo a presente ata.

Documento assinado digitalmente
gov.br
NICOLAS DIAS PADILHA
Data: 23/10/2026 17:23:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

REGULAMENTO INTERNO PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Regulamento estabelece os procedimentos para a realização da Audiência Pública a ser realizada em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, no Art. 48, §1º, Inciso I, objeto do Edital de Convocação publicado na edição 1.974 do Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Esta Audiência Pública tem por objetivo apresentar, informar e recolher dos interessados as contribuições, opiniões e sugestões acerca do processo de planejamento de ações para elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA 2027.

CAPÍTULO II
DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 2º. Caberá a Secretária Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento, ou a quem indicar, a condução da Audiência, designada como Presidente:

I. conduzir a Sessão;

II. esclarecer dúvidas e questionamentos, de acordo com o presente regulamento;

III. decidir sobre a pertinência das questões formuladas pelos participantes;

IV. resolver questões omissas a este regulamento.

Art. 3º. A Presidente indicará servidores para lhe auxiliar na condução da Audiência, sendo atribuições destes:

I. Receber as participações populares e repassar a Presidente;

II. Controlar o tempo concedido aos participantes inscritos para a apresentação das questões levantadas.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

SEÇÃO I

Dos Direitos e Deveres

Art. 4º. Para participar da Audiência Pública é necessário o registro nas Lista de Presença que estarão disponíveis na recepção do local do evento, informando nome completo e bairro.

Art. 5º. A participação é garantida a todo munícipe, através da presença no evento e do encaminhamento de considerações e proposições por escrito (obrigatoriamente) e oral (quando de interesse).

Art. 6º. São direitos dos participantes:

I. Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência, respeitando as disposições e o tempo máximo contido neste Regulamento, lido no início da Audiência Pública;

II. Encaminhar pedidos de informações, considerações, sugestões ou proposições tratadas no âmbito da Audiência Pública.

Art. 7º. São deveres dos participantes:

I. Respeitar o Regulamento da Audiência Pública;

II. Respeitar o tempo estabelecido para intervenção, assim como a ordem de inscrição;

III. Tratar com respeito e civilidade os demais participantes da Audiência Pública, bem como seus organizadores.

SEÇÃO II

Da Inscrição para Manifestação na Audiência Pública

Art. 8º. A participação é garantida a todo munícipe, através da inscrição do nome em Lista de Presença no evento e do encaminhamento de considerações e proposições por escrito (obrigatoriamente) e oral (quando de interesse).

SEÇÃO III

Dos Procedimentos

Art. 9º. O participante deverá expor por escrito o seu questionamento a respeito do tema tratado na Audiência, ficando a sua manifestação oral vinculada ao questionamento.

Art. 10. Os questionamentos apresentados pelos participantes serão remetidos à secretária, durante a realização da Audiência.

Art. 11. Cada munícipe disporá de 02 (dois) minutos para preleção individual, podendo reformular ou complementar sua manifestação no tempo adicional de 1 (um) minuto, devendo ater-se exclusivamente ao tema apresentado.

Art. 12. Poderá ser fornecido tempo adicional de 01 (um) minuto caso outro munícipe queira se manifestar sobre o tema abordado.

Art. 13. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública ou dela decorrentes, terão caráter consultivo e não-vinculante.

CAPÍTULO IV

DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 14. A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

I. Leitura do Regulamento da Audiência Pública;

II. Pronunciamento da Secretária de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento;

III. Apresentação:

a) Os técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento farão apresentação da fundamentação e o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA 2027;

b) Abertura do espaço para uso da palavra às pessoas interessadas, que deverão se identificar com nome e bairro.

c) Esclarecimentos das dúvidas.

d) Todas as manifestações por escrito, nos termos deste Regulamento, serão analisadas e respondidas presencialmente ou posteriormente, via e-mail, após consulta ao Secretário da Pasta.

IV. Encerramento.

a) Será realizado pela Presidente após 2 (duas) horas da abertura da Audiência, podendo ser antecipado ou prorrogado, ouvidos os presentes.

b) A critério da Presidente, havendo muitas sugestões, as devolutivas poderão ser por e-mail, sendo que será divulgado no site da prefeitura posteriormente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Deverão ser anexados à Ata, as Listas de Presença e as sugestões que serão parte integrante do processo de planejamento de ações que tem como objetivo fomentar a elaboração das Peças Orçamentárias.

Caraguatatuba, 25 de setembro de 2026.

Mateus Veneziani da Silva
Prefeito Municipal

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2027

EMEF Profª Antonia Antunes Arouca
30 de setembro de 2026

LISTA DE PRESENÇA

	Nome Completo	Bairro	Assinatura
1.	Jessica Mendes Felix	Centro	
2.	Paulo Alexandre S. Lopes Ávila	Indaiá	
3.	Rafael F. Torres	Sumaré	
4.	Daniel N. Lima	Martim de Sá	
5.	Fernanda A. Carneiro	Pontal	
6.	Gilsa de Souza Costa	Pontal St Marina	
7.	Rodolfo G. Fachini	CENTRO	
8.	Marcelo Luiz	Capricornio II	Marcelo Luiz
9.	Sandra Lucia AA Pereira	Casa Branca	
10.	Paulo Henrique dos Santos	Porto Novo	
11.	Marcos do Nascimento	Ponta Seca	
12.	Jessica Dias da Silva	Massaguaçu	Jessica Dias
13.	Maria Paula dos Santos Nogueira	Massaguaçu	
14.	Sophia Caleb	Martim de Sá	Sophia
15.	Lilian Domingos de Souza	Tinga	
16.	Ana Claudia G. Sabia	Getuba	
17.	Leandro Valavelli	Getuba	
18.	Rosa de Fatima Frias	Indaia	
19.	Angelita Couto	Ponta Seca	
20.	Deniza Vasconcelos	Sumaré	
21.	Rosimeire Simões Alves	CENTRO	

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), esclarecemos que os dados pessoais fornecidos neste formulário serão utilizados com a finalidade única de comprovação da realização da audiência pública em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e publicação no Portal da Transparência em atendimento a Lei 12.527/2011

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Audiência Pública LOA 2027
EMEF Profª Antonia Antunes Arouca
30/09/2026

	Nome Completo	Bairro	Assinatura
22.	Barbara N. Villela P. Costa	Capricórnio	
23.	Juliana C. S. Florentino	Sumaré	
24.	Jessy Barbosa	Massaguaçu	
25.	Adv. Guy Douglas Ross	MASSAGUAÇU	
26.	Ligia C. R. Vico	Massaguaçu	
27.	Alexandre Barbosa Ribeiro	Ondas	
28.	Amanda O. Gomes	Massaguaçu	
29.	JOSE CARLOS GOMES FERREIRA	Jd. do Sol	
30.	Elizabeth S. R. Babse Abdal	Indaiá	
31.	Francisco Nunes de Sta	Massaguaçu	
32.	Paulo R. N. Alves	"	
33.	André Luiz Pais	Recreio	
34.	Thomaz Santos Kacelk	Golfinho	
35.	Liz Medina Juliano	Tabatinga	
36.	Cristina T. Abe Hirose	Cidade Jardim	
37.	Paulina R. N. Neves	Indaiá	
38.	Luiz Antonio Martins	M. de SA	
39.	Floriana de O. B. Soares	Martim Sá	
40.	DERCI DE FATIMA ANDOCIA	MASSAGUAÇU	
41.	Daniella Cristina Santos	GOLFINHO	
42.	Sandra Soares	Massaguaçu	
43.	Márcia Paiva de Medeiros	Centro	
44.	Bárbara F. M. Zamorano	Tarralão	
45.	Claudia G. S. Muraokaula	Sumaré	
46.	Elaine Aparecida Ferreira	CASA BRANCA	
47.	Carlos de Oliveira	MASSAGUASSU	

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), esclarecemos que os dados pessoais fornecidos neste formulário serão utilizados com a finalidade única de comprovação da realização da audiência pública em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e publicação no Portal da Transparência em atendimento a Lei 12.527/2011

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Audiência Pública LOA 2027
EMEF Profª Antonia Antunes Arouca
30/09/2026

Nome Completo	Bairro	Assinatura
48. Celina Medalha	Gertrudes	
49. Karen Talita de Oliveira	maracaçi	
50.		
51.		
52.		
53.		
54.		
55.		
56.		
57.		
58.		
59.		
60.		
61.		
62.		
63.		
64.		
65.		
66.		
67.		
68.		
69.		
70.		
71.		
72.		
73.		

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), esclarecemos que os dados pessoais fornecidos neste formulário serão utilizados com a finalidade única de comprovação da realização da audiência pública em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e publicação no Portal da Transparência em atendimento a Lei 12.527/2011

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

~~Dúvida~~: Descongelamento do Santa Rosa e construção da nova UBS.

Sugestão: Construção do CIASE com duas piscinas semi-olímpica, com quadra de esportes com várias modalidades.

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Dúvida: Certamente não é possível atender todas as prioridades da cidade ou dos bairros. Existe no processo orçamentário algo parecido com a criação de um "banco de projetos prioritários" que possa orientar a destinação de emendas parlamentares impositivas ou voluntárias em âmbito municipal, estadual e federal?

Sugestão: Caso não exista, sugiro a construção deste "banco de prioridades", amplamente divulgado, como forma de orientar a ação dos parlamentares que queiram agir pelo interesse público mais geral.

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
TEMPO DE PROSPERIDADE

Dúvida: (1) Quais são as estratégias da prefeitura para aumentar a arrecadação municipal? Que inovações estão sendo pensadas neste campo, concretamente?

(2) Quais tipos de investimentos ou despesas podem ser apoiadas por emendas parlamentares e quais não?

Sugestão:

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Dúvida:

Sugestão: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LOA PODE SER EFETIVAMENTE MAIS PARTICIPATIVO, E NÃO UMA ARREMEDO DE PARTICIPAÇÃO VIA SONDAGEM ONLINE OU AUDIENCIAS COMO ESTA. É MAIS COMPLEXO QUE ISTO, MAS NÃO IMPOSSIVEL. COLOCO-ME À DISPOSIÇÃO PARA AJUDAR A DESENHAR UM PROCESSO MAIS CONSISTENTE, SEM CUSTO. SOU PROFISSIONAL DA AREA DE PLANEJAMENTO E DESENHO DE PROCESSOS.

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Dúvida: manutenção urbana.

- poda e retirada de material proveniente de poda e limpeza de terrenos e roçoria com as fortes e constantes chuvas.

- falta de água e coleta de lixo na alta temporada e período de fim de ano.

Sugestão: Buscar parcerias com os comerciantes locais,

- Criar - lazer de massagueira fica por conta das praias.

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Dúvida:

Sugestão: TROCA DO TELHADO DOS PONTOS POR FOLHA SANDUICH: PARA MELHOR A SITUACAO NO VERAO E ILUMINACAO NOS PONTOS SEM ILUMINAÇAO PROXIMO

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LOA 2027

Regulamento

- Atendimento do Art. 48 da LRF nº 101/2000.
- Objetivo de recolher contribuições, opiniões e sugestões.
- Caberá à Secretária de Planejamento:
  - Conduzir a sessão;
  - Esclarecer dúvidas e questionamentos;
  - Decidir sobre a pertinência das questões;
  - Resolver questões omissas neste regulamento.

Regulamento

- A Presidente indicará auxiliares para:
  - Receber as participações e repassar ao Presidente;
  - Controlar o tempo concedido.
- Para participar da audiência é preciso registro na Lista de Presença.
- O munícipe deve preencher formulário próprio (obrigatoriamente) e pode ter a manifestação oral (se de interesse).

Regulamento

- Direitos dos participantes:
  - Manifestar livremente suas opiniões, respeitando o limite de tempo máximo contido neste Regulamento;
  - Encaminhar pedidos de informações, considerações, sugestões ou proposições tratadas no âmbito da Audiência Pública.

Regulamento

- Deveres dos participantes:
  - Respeitar o Regulamento;
  - Respeitar o tempo estabelecido para fala;
  - Tratar com respeito e civilidade os demais participantes e organizadores.
- O participante deverá expor por escrito seu questionamento (obrigatoriamente), ficando sua manifestação oral vinculada ao questionamento.

Regulamento

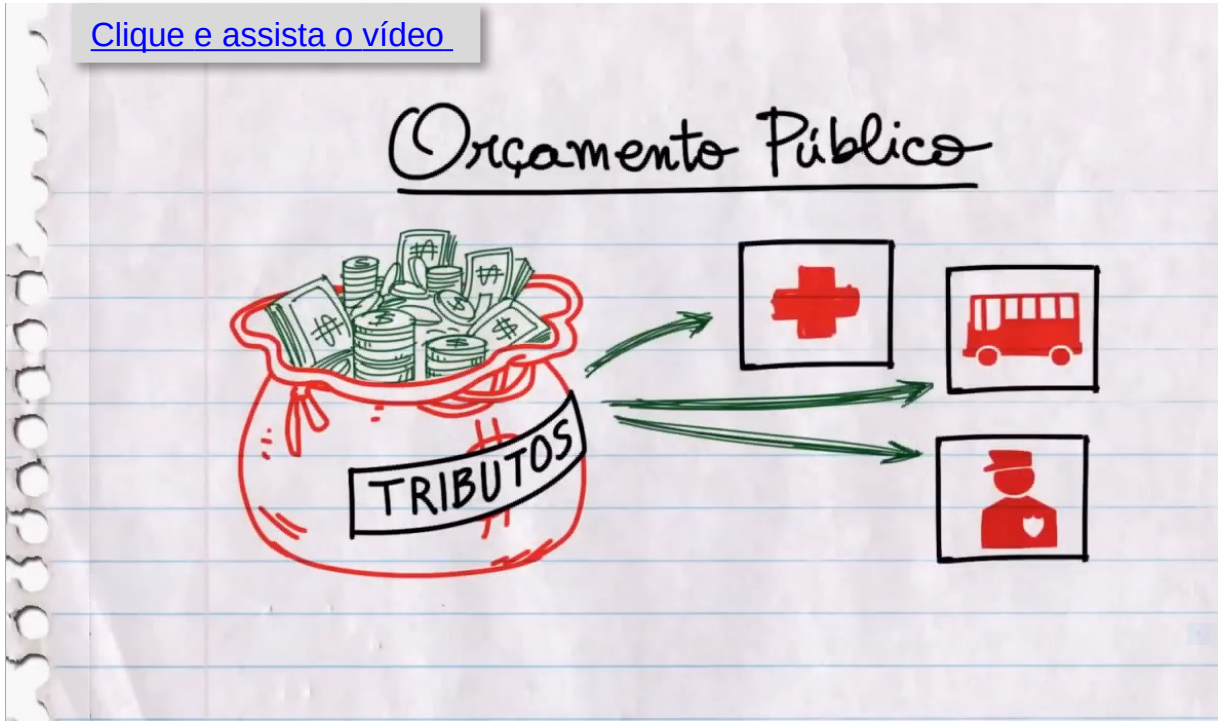
- Todos os questionamentos serão remetidos aos (às) secretários (as) da pasta, durante a realização da Audiência.
- **Cada munícipe disporá de 2 (dois) minutos para preleção individual.**
- **Tempo Adicional para reformulação – 1 (um) minuto.**
- Tempo adicional para outro munícipe complementar o assunto: **01 (um) minuto.**

Regulamento

- Ordem da Audiência:
  - Leitura do Regulamento;
  - Pronunciamento da Secretária de Planejamento;
  - Apresentação Técnica;
  - Abertura de espaço para participação popular;
  - Esclarecimento de dúvidas;
  - Encerramento.
- Todas as manifestações por escrito serão analisadas e respondidas.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA 2027

VÍDEO: Conhecendo o Ciclo Orçamentário



Valorização da Participação Popular no Planejamento Orçamentário!!

Art. 165, II – CF/88 | Art. 48 – Lei Complementar 101/2000 | Art. 44 – Lei Federal 10.257/2001

O Cenário que orienta a LOA 2027

Antes de definir o orçamento, precisamos conhecer o cenário:

- Comportamento recente da receita
- Crescimento das demandas por serviços
- Evolução das despesas
- Contratos e serviços continuados
- Obrigações legais e constitucionais
- Compromissos já existentes



Receitas: De onde vêm os Recursos?



Receitas Próprias

IPTU, ISS, ITBI, taxas, contribuições, receitas patrimoniais e demais receitas municipais arrecadadas diretamente.



Transferências

FPM, ICMS, IPVA, FUNDEB, SUS e demais transferências constitucionais e legais repassadas pela União e Estado.



Outras Receitas

Convênios, transferências voluntárias, operações de crédito (quando existentes) e outras fontes previstas no orçamento.

Receitas: Fontes de Recurso

Cada recurso do orçamento é classificado por Fonte, conforme a codificação exigida pelo TCE-SP (Sistema Audesp), indicando a origem do dinheiro aplicado.

1 Tesouro Municipal

Recursos próprios arrecadados diretamente pelo Município (impostos, taxas e demais receitas).

2 Estado

Transferências e repasses constitucionais e legais do Governo do Estado de São Paulo.

4 Administração Indireta

Receitas próprias de autarquias e fundos municipais vinculados à Administração Indireta.

5 União

Transferências e repasses constitucionais e legais do Governo Federal.

6 Outras Fontes de Recursos

Convênios, operações de crédito e demais receitas não classificadas nas fontes anteriores.

O Comportamento da Receita

A receita projetada exige cautela



A projeção para 2027 indica redução da capacidade de arrecadação em algumas fontes, exigindo maior cautela na definição das despesas e dos investimentos.

Enquanto isso, a cidade continua crescendo

A demanda por serviços públicos continua crescendo.

O que está crescendo:

- População e número de alunos
- Atendimentos de saúde e assistência social
- Manutenção urbana e expansão territorial
- Equipamentos públicos

Receita projetada ↓
Demanda por serviços ↑
Custos de manutenção ↑
Espaço fiscal para novas despesas ↓



O desafio de 2027 não é apenas o de arrecadar menos. É manter e ampliar serviços.

O Orçamento não começa do zero

Uma parte significativa do orçamento já está comprometida com despesas necessárias à manutenção e obrigações legais:

- **Pessoal:** Folha de pagamento, encargos e benefícios;
- **Contratos e Serviços Continuados:** Coleta de lixo, iluminação, transporte escolar, locações;
- **Manutenção:** Conservação de vias, prédios públicos, praças e frota;
- **Despesas Vinculadas:** Recursos que carimbados por lei para fins específicos;
- **Obrigações Legais:** Precatórios, dívidas, repasses constitucionais.

Limites e Vinculações Legais

O Município deve obedecer a regras estritas de aplicação mínima e máxima estipuladas por lei.

Área	Regra / Percentual Aplicável
Educação	Percentual previsto/aplicável: **Mínimo Constitucional (25%)**
Saúde	Percentual previsto/aplicável: **Mínimo Constitucional (15%)**
Pessoal	Percentual da Receita Corrente Líquida: **Limites da LRF (Máx 54%)**
Legislativo	Duodécimo e limites aplicáveis: **Conforme CF/88 (Art. 29-A)**
Outras Vinculações	Aplicação rigorosa conforme legislação específica de cada repasse.

Emendas Impositivas Municipais

A partir de 2027 uma parte do orçamento também é destinada às emendas parlamentares impositivas.

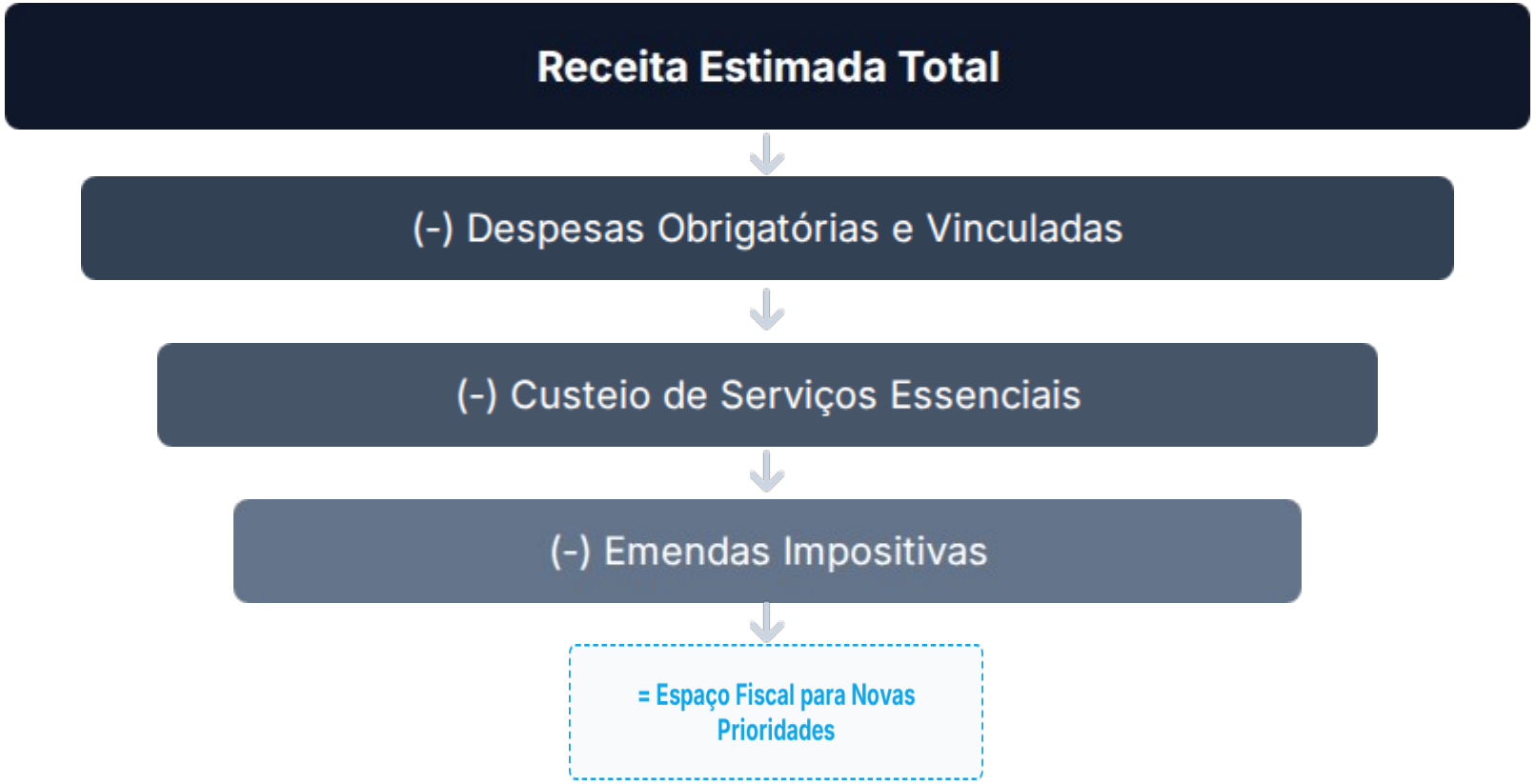
- **Percentual aplicável:** 1 % da Receita Corrente Líquida
- **Devem respeitar a LDO**
- **Mínimo Saúde:** 50%
- **Mínimo Educação:** 30%

As emendas devem observar compatibilidade com PPA, LDO, adequação orçamentária, viabilidade técnica e finalidade pública.

As emendas utilizam o mesmo orçamento das novas escolhas do Executivo.



O que sobra para novas escolhas?



Quando falamos que o Município possui um orçamento de determinado valor, isso não significa que todo esse valor esteja disponível para decisão livre.

O Desafio de 2027

Como manter os serviços, atender novas demandas e continuar avançando em um cenário de menor espaço fiscal?

1. Priorizar

Escolher exatamente onde aplicar os recursos para maior impacto social.

2. Eficiência

Melhorar a prestação de serviços otimizando a máquina pública.

3. Controlar Despesas

Qualificar gastos, renegociar contratos e combater desperdícios.

4. Soluções de Menor Custo

Buscar inovações que resolvam problemas sem exigir grandes obras.

5. Ampliar Captação

Buscar ativamente recursos fora do orçamento municipal direto.

Investir também é buscar recursos

Distinguir *emendas impositivas municipais* (que são do orçamento interno) de *recursos externos* é fundamental para ampliar o horizonte de obras.

Recursos próprios + recursos estaduais + recursos federais + emendas/transferências externas + convênios e programas = **capacidade de realização.**

O planejamento da cidade envolve apresentar projetos sólidos para atrair investimentos de outras esferas governamentais.

O que a LOA 2027 precisa considerar?

Responsabilidade Fiscal

Manutenção dos Serviços

Obrigações Legais

Priorização

Eficiência Operacional

Captação de Recursos

Participação da População

"Planejar diante de um cenário restritivo é escolher onde os recursos podem produzir maior resultado para a população."

Quais são as prioridades da sua comunidade?

- Qual é o principal problema enfrentado no seu bairro?

Como as sugestões serão tratadas?

1. Registradas

Coleta oficial pelos canais do Município.

2. Organizadas

Separação por área temática e bairro.

3. Encaminhadas

Envio para análise das Secretarias responsáveis.

4. Avaliadas

Estudo de viabilidade técnica e financeira.

5. Respondidas

Respostas aos munícipes.

Participar significa contribuir para a definição de prioridades. A execução dependerá da compatibilidade com a legislação, o PPA, a LDO, a capacidade financeira e a viabilidade técnica.

Participação Popular

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO





Disponível o ano todo!

OUVIDORIA MUNICIPAL
(12) 3883.2724 / 0800 770 0678
Av. Frei Pacífico Wagner, 985 - Centro

PARTICIPE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA

Disponível até hoje as 23h59
www.caraguatatuba.sp.gov.br

Preencha o formulário com sua dúvida ou sugestão

AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!

Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento

Rua São Benedito, 436, Centro – Caraguatatuba/SP

planejamento@caraguatatuba.sp.gov.br

(12) 3897-1100

PLANEJAMENTO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE